

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 39, nº 1 (Jan/Dez) 2023
ISSN: 2178-7476



**USOS ECONÔMICOS DA LÍNGUA: UM OLHAR ÀS LÍNGUAS REGIONAIS FALADAS NO
MERCADO INFORMAL DO MUTUNDO**

**ECONOMIC USES OF LANGUAGE: A LOOK AT THE REGIONAL LANGUAGES SPOKEN IN THE
INFORMAL MARKET OF MUTUNDO**

José Moreira Manuel, MSc.

jose.moreira@isced-huila.ed.ao

Departamento de Investigação Científica e Pós-Graduação do ISCED-Huíla,
Angola. <https://orcid.org/0009-0005-0433-6702>

António Ndelesse Epifânio, MSc.

antoniondelesseepifanio@gmail.com

Departamento de Investigação Científica e Pós-Graduação do ISCED-Huíla,
Angola. <https://orcid.org/0009-0001-3364-7252>

Resumo:

O presente artigo debruça-se sobre as vantagens do uso das línguas em situação de comunicação no setor económico informal. O estudo procura explorar a relação existente entre a língua e a economia em comunidades lusófonas multilíngues, cujo objetivo é de descrever o impacto, as motivações e os benefícios do uso das línguas maternas locais nas trocas comerciais junto dos agentes económicos do mercado informal do Mutundo, província da Huíla. A análise dos dados obedeceu um critério de carácter empírico quantitativo-descritivo-exploratório, por quanto, os resultados obtidos permitiram concluir que os benefícios são de geração de maiores lucros ou de baixa de preço de bens ou serviços em oferta. Por outro lado, visa promover, divulgar e partilhar as nossas culturas regionais.

Palavras-chave: *Português, Língua Materna, Língua Regional, Comércio Informal, Multilinguismo, Multiculturalidade.*

Abstract

This article focuses on the advantages of using the languages in the communication of the informal economic context. The study seeks to explore the close relationship between language and economy in multilingual communities, with the aim of assessing the impact, motivations and benefits of the use of mother tongues in trade with economic agents in the informal market of Mutundo, Huíla province. The analysis of the data obeyed a criterion of an empirical, quantitative-descriptive-exploratory nature. And from the results obtained, it was possible to conclude that the benefits are the generation of higher profits or lower prices of goods or services on offer. On the other hand, it aims to promote, disseminate, and share our regional cultures.

Key-words: *Portuguese, Mother Tongue, Regional Language, Informal Trade, Multilingualism, Multiculturalis.*

Introdução

O presente artigo visa analisar as circunstâncias em que os agentes econômicos abdicam da língua franca¹, o português, para fazerem uso de uma ou de várias línguas regionais de Angola. O estudo procurou explorar a partir das experiências obtidas pelos vendedores e compradores do mercado do Mutundo, município do Lubango, província da Huíla, em situação de comunicação sobre as vantagens do uso das línguas regionais nas atividades comerciais.

O encontro entre línguas nas sociedades multilíngues e multiculturais, como no caso de Angola, e, com o agravamento da crise financeira acentuada é notável, o elevado fluxo migratório de povos quase em todo espaço geográfico, do rural aos centros urbanos, tornando-os, cada vez mais, heterogêneos do ponto de vista linguístico e cultural. Estes fluxos são tendencialmente registados de Norte ao Sul do país.² E, um dos destinos migratórios são, preferencialmente, os maiores centros econômicos e urbanos, a exemplo disso está a província da Huíla.

A problemática do nosso estudo tem como ponto de partida as experiências vividas por um mukongo,³ um dos autores do texto, como no caso de muitos outros, ao mover-se para o Lubango, teve de enfrentar diversas trinças de nível comunicativo e cultural. Numa das suas frequências ao mercado do Mutundo para aquisição de bens primários de consumo, ao utilizar o português com os demais interlocutores, foi possível identificar traços fonológicos de variação do português falado no Norte de Angola característico do grupo etnolinguístico Bakongo. Ao serem induzidos, em algumas vezes, na língua Lingala e outras em Kikongo⁴. Ao optar no uso das línguas da sua região, grassou aos olhos do autor, “*Santima ya mboka*”⁵, emergiu o sentimento de aceitação e de segurança como forma de hospitalidade, ou seja, “a língua de acolhimento” dentro da comunidade.

Esta realidade serviu de motivação para se explorar as dinâmicas e as vantagens funcionais entre as línguas regionais e a economia dentro da sociedade, que neste texto é o objeto da nossa reflexão. A pertinência dessa componente insere-se, no seguimento, de outras relacionadas com as experiências vividas, a saber das motivações que estão na base do uso destas línguas, o porquê da razão do favorecimento na baixa de preço à um cliente que partilha o mesmo código linguístico em relação a outrem. E se já foi prejudicado ou enganado um produto ou serviço, por não dominar a língua regional do comerciante ou cliente.

Nesse prisma, as línguas regionais surgem para desempenharem um papel fundamental na vida das pessoas, pois é através desta que o indivíduo começa por exteriorizar os primeiros significantes com o meio social, o que vai conferir ao longo do seu desenvolvimento o sentimento

1 Língua de unificação. Podemos designar a qualquer língua que, não sendo materna dos interlocutores, é a aquela que se comunicam, quer nas relações comerciais, quer nas diplomáticas e outras

2 Os dados apresentados não são oficiais. Recorreu-se aos números obtidos a partir da amostra do estudo, de acordo com a distribuição étnica que o mercado regista.

3 A fixação do Prefixo “mu” ao Radical “kongo” na língua Kikongo, serve para formar o substantivo no singular.

4 O português neste espaço linguístico, não funciona apenas como língua nacional, mas também como língua franca ou língua de contato que um grupo multilíngue de falantes intencionalmente adota ou desenvolve para que todos consigam sistematicamente comunicar-se uns com os outros.

5 Do Lingala “Sinto-me em casa”. Forma de exteriorização de um sentimento nostálgico, de segurança, amenizar o nível de preconceitos etnolinguísticos. Uma das Línguas faladas no Norte de Angola.

de identidade e de pertença a uma comunidade linguística.

O Português e as trocas comerciais em Angola no período Colonial.

A Língua Portuguesa surgiu em Angola no âmbito das trocas comerciais com o império colonial português, a exemplo de outros países PALOPs⁶, nomeadamente: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Antes da chegada dos invasores ocidentais “o europeu”, os reinos locais já realizavam atividades comerciais entre si, usando outras línguas africanas. Os primeiros contatos entre a LP e as línguas dos autóctones tiveram início entre 1482 e 1484, estabelecendo, assim, as alianças entre os primeiros comerciantes portugueses e o reino do Congo, cujas convivências foram exclusivamente num modelo de tráfico comercial, criando laços de amizade como medida de fortalecer as relações de negócios. Segundo Sousa (1997), para além das atividades comerciais, a evangelização também ocorreu na ilha com fins de reforçar a presença dos portugueses e decretando-lhe certas normas de convivência das quais legitimou a instalação do seu próprio idioma, o português.

Os colonizadores, apesar dos seus interesses comerciais de extração dos recursos naturais, de expansão da sua religião e da sua cultura de forma obrigatória, naquela época, a língua foi a que mais se notabilizou como a companheira do império. Segundo Fernandes e Ntongo (2002), os portugueses utilizaram como critério de comunicação, para imposição da língua portuguesa, o monolingüismo. Por quanto, proibiu-se o uso das línguas dos autóctones em Angola, entre 1764 e 1772.

Entendemos que este posicionamento foi o mais acertado olhando pela complexidade e as fronteiras geo-linguísticas que sempre caracterizaram o país, sobretudo, o multilingüismo. Todavia, presumimos que a escolha do português foi, unicamente, para facilitar o funcionamento das trocas comerciais, cujos benefícios favoreceram o colonizador. Logo, acreditamos que, muito antes da propagação do monolingüismo, a comunicação com a população nativa passava-se por via da gesticulação. E o seu impacto foi menos abonatório, pois refletia-se no difícil escoamento dos produtos e pouco rendimento nos lucros, ou seja, a falta de compreensão na mesma cadeia comunicativa não lhes trazia benefícios, entretanto, o colonizador impôs o aperfeiçoamento da língua aos povos nativos até poderem comunicar-se com menos embaraço com os portugueses. Nesta perspetiva, podemos afirmar que com a introdução do português dedicou aos povos do território que foram despertados com as circulações dos comércios⁷.

Por quê Língua Regional e não Língua Nacional?

Em linguística quantitativa não existem superioridades entre as línguas. Segundo Carrasco (2022) corrobora da ideia de que, os dialetos têm um estatuto de igualdade do ponto de vista

6 Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

7 Mariano Barreto, Anacleto Andrade, Agostinho dos Santos Gonçalves, Cristina dos Reis Ataíde, 5 de Junho 2022 EXPLORAR O USO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - JEDUCIH: Journal da Educação, Ciência e Humanidade Volume 3, Número 1 81 | Volume 3, Número 1 Instituto Superior Cristal – Díli, Timor Leste.

linguístico. Embora existir, porém um que se destaca, sempre por razões extralinguísticas, por exemplo, imposto por um grupo social de maior poder económico ou político. Não é que seja a mais importante, mas este processo é realizado de acordo com as necessidades da comunidade de falantes.

Nesta perspetiva, a língua é tida como um instrumento vital de interação entre as pessoas que professam a mesma sociedade linguística e cultural, dos quais expressam desejos, emoções, sentimentos, opiniões, consoante os estímulos do mundo exterior. Portanto, a esta podemos categorizá-la sob dois pontos de vista. O primeiro é da forma como o indivíduo aprende a língua, onde seus interlocutores têm-na como Língua Materna (LM), Língua Segunda (LS), Língua Estrangeira (LE) e/ou Língua de Herança (LH). Num segundo plano, é determinada mediante aos estatutos jurídico-legais a ela atribuída aos interesses do órgão de quem rege políticas linguísticas, isto é, podendo ser designada como Língua Oficial (LO), Língua Nacional (LN) e/ou Língua Regional (LR).

A aceção do termo “Língua Regional” neste estudo deve ser entendida como a(s) língua(s) materna(s), a língua de berço, a primeira língua que o indivíduo aprende no seio familiar e exterioriza ao entrar em contato com o meio social, podendo, de igual modo, caracterizar, a língua materna de um indivíduo, atribui-se para àquele, mesmo não tendo aprendido, desde tenra idade à fase adulta, o seu funcionamento, mas, mediante o domínio de uma outra língua adquirida, consegue transmitir e vivenciar os hábitos e as práticas dos espíritos vivos e/ou dos ancestrais da sua terra de origem. Por isso, só se atingem o seu significado pleno quando relacionadas com a comunidade que lhe deu origem. Amelia (2002) conclui que, a língua constitui, em si, não só um fator de cultura específica a uma dada comunidade, mas também, particularmente, a um ato de cultura pelo que não pode existir nenhuma comunidade que se assuma como tal, sem uma língua que veicule a sua cultura, que a identifique.

Segundo a Carta Europeia de (1992),⁸ descreve algumas estratégias para se evitar o preconceito ou a desvalorização das línguas regionais ou minoritárias ao nível das sociedades europeias multilíngues e multiculturais, em que determina que as línguas regionais devem ser utilizadas de acordo com a situação de cada língua, pois o seu uso tem como objetivo a expressão da riqueza cultural a fim de garantir à promoção e salvaguardar a língua; de estimular a utilização das mesma, oralmente e por escrito, na vida pública e privada com vista o desenvolvimento de ligações entre os grupos que utilizam no mesmo Estado que empregam uma língua utilizada de forma idêntica ou análoga, bem como o estabelecimento de relações culturais com outros grupos que utilizam línguas diferentes no mesmo Estado de formas adequadas.

Outro dado importante apresentado nesta Carta europeia, demonstra que o ensino e o estudo destas línguas regionais devem ser aplicados a todos os níveis mediante a uma didática específica para que permita às pessoas que não falam uma língua regional, mas vivam na área onde a mesma é utilizada, aprendem essa língua se assim o desejarem. Neste quesito, o estudo e a investigação sobre estas línguas regionais deve ser uma prática ao nível das universidades ou instituições para

⁸ https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/carta_europeia_das_linguas_regionais_ou_minoritarias.pdf

melhor compreensão com maior clareza as suas divergências e semelhanças funcionais.

Novas abordagens sociolinguísticas têm sido levantadas conducentes aos reais conceitos ou designações sobre as línguas africanas faladas no espaço territorial angolano, existindo duas alas defensoras. Uns consideram-nas de línguas nacionais e outros como de línguas regionais.

De acordo com Artigo 19º da Constituição da República de Angola-CRA (2010), estas línguas são classificadas como língua nacionais, regido pelo Instituto de Línguas Nacionais - ILN, aprovado pelo Decreto Presidencial nº 159/21 de 18 de Junho, com o objetivo de estudar cientificamente as línguas nacionais, e contribuir para a sua normalização e ampliar a sua utilização em todos os setores da vida nacional e desenvolver estudos sobre a tradição oral. Todavia, face a esta descrição, levantam-se questões para reflexão dos investigadores sociolinguísticos e de quem planeja as políticas linguísticas. O porquê de serem línguas nacionais? Quais foram os critérios norteadores utilizados para se chegar a esta conclusão? Então o que é nacional?

No entanto, é consensual afirmar que, esta realidade distancia-se daquilo que é a situação real. Verifica-se um descuidado naquilo que nós consideramos de critérios que definem uma língua nacional ou maioritária. Em nosso entender, estas línguas, ainda, sofrem um desajuste constitucional no que toca às insuficiências de consecução de políticas linguísticas de afirmação, de valorização e no ensino, de formas a se evitar atos de bullying por parte dos seus falantes. A abordagem proposta que se traz aqui para classificar as Línguas Maternas Locais (LML) é de Línguas Regionais de Angola (LRA) e não Línguas Nacionais de Angola (LNA), tudo, porque estas são originárias dos antigos reinos africanos, aliás, mesmo desde o surgimento destas nunca pertenceram apenas a República de Angola. Ademais, elas não são tidas como símbolos da nação angolana, mas, sim, das culturas locais de cada região. Diferente destas, está a Língua Português (LP), falada, quase, por toda a nação, possuindo um maior número de falantes e com tendências de uma aceção de língua nacional adquirida. Mas que não se deve descartar a possibilidade de se aprofundarem os estudos dos critérios para a sua consumação, de formas a evitar promiscuidade de futuras incompreensões.

Enfatizar que, as línguas faladas em Angola de origem africanas não são apenas faladas no território nacional, mas sim, transcendem as fronteiras de Angola. Logo, torna-se difícil determinar a sua descontinuação geo-linguística.

Todavia, partindo da ideia de que a língua constitui o modo de expressão de uma comunidade. Muitos sociolinguistas encaram a língua como herança cultural e tendem a defender a proteção de espécies ameaçadas, a língua. Importa aqui ressaltar que as pessoas têm um apego no uso das suas línguas regionais como ferramenta de comunicação, tudo porque existem aspetos peculiares de âmbito semântico e morfossintático que não se consegue transmitir na língua franca, o português. Entretanto, é necessário que haja construção coletiva de políticas linguísticas de inclusão por parte do Estado angolano, onde estas línguas possam gozar de um estatuto equiparado ao da língua portuguesa, assim como, espaço para sua expressividade cultural. Outro dado importante é que

grande parte da população não se comunica nestas línguas e torna-se difícil assumi-las como nacionais já que nem todos se revêm a elas, mas sim, faladas por grupos restritos de indivíduos pertencentes a um ponto geográfico.

Inverno (2018) salienta que, as línguas angolanas de origem africana são âmbito local ou regional, normalmente coincidente com as áreas de influências das principais agregações de povos que as falam como L1 e que tendem a concentrar-se em maior número em zonas específicas do país.

No caso do Umbundo e o Kikongo são as línguas mais faladas depois do português. Mas para que atinjam a escala de línguas nacionais é necessário que haja um crescimento de números de falantes em todo território de Angola. Outra questão que se levanta é a produção de maioríssimos números de dicionários, gramáticas e de manuais didáticos especializados para dar resposta a este flagelo. O ensino-aprendizagem deve atingir a todas as comunidades a nível do país. O seu uso deve ser de âmbito obrigatório, em documentos oficiais nas instituições públicas do Estado, na comunicação social e mídias, sobretudo, como linguagem de tecnologias e de inovação. Não observado tais pressupostos, portanto, acabam por não possuírem a escala desejada de línguas nacionais, mas sim, regionais, até porque representam simplesmente grupos de falantes pertencentes às determinadas regiões geográficas do país conforme a descrição abaixo.

Essas línguas, tais como as outras africanas, são faladas pelas respetivas etnias e têm variantes correspondentes aos subgrupos étnicos, apresentado por Fernandes; Ntondo (2002), com exceção das duas últimas línguas que englobam (hotentonte ou khoi), Vankankala (San) e Vátwa que compreende as variantes de Kwepe e Kwisi, conhecidos também como povos Khoisan ou pré-bantu.

Quadro referente à distribuição geográfica dos grupos étnicos e das línguas africanas faladas de Angola.

Línguas Bantu	Grupo étnico	Localização geográfica	Distribuição dos falantes nas províncias de Angola
Umbundu	<i>Ovimbundu</i>	Centro-Sul de Angola	Bié, Huambo, Benguela, Huíla, Namibe e Kuanza Sul.
Kimbundu	<i>Ambundu</i>	Centro-Norte	Bengo, Luanda, Kuanza Norte e Sul e parte de Malanje.
Kikongo	<i>Bakongo e Bangala</i>	Norte	Uíge, Zaire e Cabinda, (parte do Bengo, Malanje, Kuanza Norte e Lunda Norte).
Lingala			
Cokwe	<i>Lunda-Cokwe</i>	Nordeste Leste	Lunda Norte e Sul, Moxico, (uma parte de Malanje e do Cuando Cubango
Ngangela	Vangangela	Sudeste-leste	Moxico, Kuando Kubango, e parte do Bié.
Olunyaneka	<i>ovanyaneka – nkhumbi</i>	Sul	Huíla, Namibe, Cunene e Benguela.

Oshikwanyama	<i>Ovakwinyama ovambo</i>	Sul	Cunene e Kuando Kubango.
Oshindonga	<i>Ovandongga</i>	Sudeste-Sul	Kuando Kubango e Cunene.
Oshihelelo	<i>Ovaelelo ou Herero</i>	Sul	Namibe, Cunene, uma parte da Huíla e Benguela.
Línguas Não Bantu	Grupo étnico	Localização geográfica	Distribuição dos falantes
Kwepe	<i>Hotentonte ou Khoi</i>	Sul	Namibe, Cunene, uma parte da Huíla
Vátwa (Kwisi)	<i>Vankankala ou San</i>	Sul	Namibe, Cunene, uma parte da Huíla

Fonte: *Nossa Adaptação.*

O comércio informal na província da Huíla

O comércio informal pode ser compreendido como toda a atividade de venda e compra de produtos e/ou prestação de bens e serviços, cuja mesma não obedece as normas e as regulamentações aprovadas por lei. Estas normas e regulamentações, no limite, podem representar a imposição de interesses específicos dentro da atividade e a simples criação de barreiras à entrada. E, por outra, estas normas e regulamentações podem representar um “ideal”, refletindo valores e conhecimentos consensuais, tanto do lado do prestador quanto do consumidor, cuja adoção implica custos proibitivos.

Segundo Wilkinson e Mior (1999) afirmam que o comércio informal é diferente do comércio ilegal, pois os produtos deste último são proibidos, como no caso da droga ou do contrabando. Já o comércio informal caracteriza-se por atividades cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulamentação vigentes. Isso pode dizer respeito às relações de trabalho - como trabalhadores sem contrato assinado, trabalho infantil - às instalações (sem alvará), ou então às normas técnicas de produção (não se adequam ao regulamento industrial e sanitário).

No caso de Angola, em particular a província da Huíla, o comércio informal é a área mais abdicada pela população local em relação ao setor formal. É no setor privado onde registra-se o maior número de transações comerciais. É através das atividades logísticas que mais gera receitas. Os grandes centros de comércio a retalho e venda a grosso destacam-se nos municípios de: Lubango, Humpata, Matala, Cuvango e Caconda. No setor público destaca-se o Caminho de Ferro de Moçâmedes e as suas várias rodovias, educação e saúde. Seguindo do turismo, é uma outra área de atividades econômicas provinciais de relevo, assente nas belezas naturais huílanas e na arquitetura e história local.

Imagem aérea do Mercado do Informal do Mutundo-Município de Lubango.



Fonte: Google Map, 2024.

Os benefícios do uso das Línguas Regionais no Mercado informal do Mutundo

O Mutundo é um dos maiores mercados de caráter informal do país. Localizado na região norte do município do Lubango, província da Huíla,⁹ ocupando uma área de 14 mil metros quadrados, numa superfície de 61 hectares entre a Estrada Nacional (EN) 105 e o rio Nambambe.

Segundo os dados do Novo Jornal Online, o mercado foi inaugurado em 2015 no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo, dispõe de 5.224 bancadas para as vendas de produtos alimentares e industriais diversos, das quais 1.248 destinadas aos vendedores de produtos perecíveis.¹⁰ O mercado do Mutundo possui ainda lojas, armazéns, creches, espaços verdes, parque de estacionamento, bancos comerciais, centros médicos, refeitório para trabalhadores da administração. Neste mercado comercializa-se, quase, todo tipo de produto, dos legais aos ilegais, trazidos de todas as regiões do país e das vizinhas repúblicas Zâmbia e Namíbia e, por isso, é considerado como umas das maiores bolsas de valores da região Sul.

Estima-se uma movimentação diária de 15.000.000 visitantes. É o maior centro estratégico triangular de concentração e de trocas comerciais de bens e serviços, sendo o português a língua hegemônica de maior predominância, ou seja, é o maior instrumento de comunicação entre os povos com culturas bastante heterogêneas.

9 A Huíla é uma das 18 províncias de Angola, localizada no extremo Sul do país, com uma dimensão territorial de 79.023 Km². Composto por 14 municípios: Caconda, Cacula, Caluquembe, Chiange, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Humpata, Jamba, Lubango, Matala, Quilengues e Quipungo. Tem como capital o município do Lubango. Limita-se ao norte com as províncias de Benguela e Huambo, ao Leste com as províncias de Bié e Cuando Cubango, ao sul com a província de Cunene, e ao oeste com a província de Namibe. Atualmente, a província é a segunda depois da capital Luanda, com uma populacional aproximadamente 3.000.000 de habitantes, maioritariamente concentrados nas zonas urbanas, composta por diversos grupos etnolinguísticos: Khoi-san e os Nhyaneka-Humbe, grupo mais heterogêneo como destaque aos "Muíla", cujo mesmo derivou a designação da província "Huíla". Ainda dentre os grupos, podemos encontrar os Cuvaes; os Ovimbundos; os Bakongos; os Ambundos e os Ovambos, além destes podemos encontrar grupos minoritário de miscigenados de ango-bôeres e Luso-angolanos.

10 Pode a cessar através de: novojournal.co.ao/economia/interior/praca-do-mutundo-no-lubango-fatura-maio.

Para além do Português, registam-se outras línguas, tal como o Umbundo, Kikongo, Lingala, Olunyaneka, Ngangela, Kimbundo, Oshikwanyama, as quais representam as diferentes etnias do país. Ainda pode-se verificar grupos restritos de falantes das línguas Khoisan (os não bantu), falantes das línguas Árabes (Muçulumanos), oriundas do Médio Oriente e o Mandarim, oriunda da Ásia, China.

Apesar da supremacia do Português entre o número de falantes no mercado do mutundo, ainda assim, ela é tida para muitos como a Língua Segunda (LS), articulada por um sotaque¹¹ próprio da variante do português angolano (VAPA). Os seus interlocutores recorrem à economia linguística, ou seja, optam pelo uso da língua regional como forma de estratégia de marketing ou de promoção de venda ou desconto de preços do produto a que se propõe. Então o que é a economia linguística? Todavia, compreende-se por economia linguística ou de língua a capacidade de um indivíduo plurilingue escolher para utilização de uma língua a uma determinada situação de comunicação. Ao aplicar esta língua trará consigo melhores resultados ou renda. Grin (1996b) enfatiza que:

Economics and language is a broader concept than “economics of Language is a social phenomenon. However, at this point, Grin holds the opposite view. Based on Becker (1976), Grin (1996c) added that, economics is not so much characterized by the topics with which it deals as with the method by which it deals with them. In this sense, the application of economic reasoning to linguistic issues is part of the economics of language.

Não obstante a plicação da economia da língua serve de expressão de socialização a um grupo social-cultural. Porém, em alguns casos, podemos ainda verificar a negação, por parte de alguns interlocutores, em usar a sua língua materna, por receio de sofrer algum estigma ou preconceito de um interlocutor que esteja em seu redor, não apenas por ser considerada de uma “língua feia¹²”, mas também por afetar o seu sistema fonológico em português. Segundo Anónimo (s/d apud Moreira, 2023) aponta que, esta é uma atitude de intolerância contra a fala das pessoas que não seguem o considerado “correto” e, assim, despreza-se as falas regionais. De acordo com Weiguo Zhang e Gilles Grenier March (2012, p.9), destacam que:

Todas as línguas têm um importante propósito comum, ou seja, são uma ferramenta para comunicação. Suponha que haja uma situação em um grupo de n pessoas onde cada pessoa fala uma língua diferente, mas todos têm o desejo de se comunicar com os outros.

Logo, não pode haver razões de inibição no uso das nossas línguas regionais, porque representam a etnicidade do indivíduo dentro de uma determinada sociedade.

Enquadramento metodológico

A pesquisa reveste-se de um pendor misto qualitativo-quantitativo, descritivo-exploratório, baseado no critério de estudo empírico de caso, cujo foco foi de explorar a situação atual do fenómeno

¹¹ Ver mais em: José Moreira Manuel - Marcas do Português falado em Angola: Políticas para a inclusão ou exclusão numa possível normatização - Dissertação de Mestrado - ISCED-Huíla, (2023).

¹² Refere-se a língua cujo sotaque distancia-se das demais línguas comumente aceites naquela comunidade.

no seu contexto natural no seio dos agentes económicos do mercado do Mutundo.

Os dados foram recolhidos através de inquérito dirigido à população informante, falantes de ambos os sexos, com idades compreendidas entre 11 a 49 anos que, a par do português, dominam outras línguas maternas no seu repertório linguístico. A entrevista foi prestada cara a cara pelo gestor do mercado. Utilizou-se como recurso para entrevista um aparelho áudio-gravador que permitiu a gravação e, seguidamente, descrevemos a transcrição dos dados. Para sua análise, optou-se por uma abordagem interpretativa pelo seu carácter naturalista, holístico e indutivo proposto por Bell (2004), e de Moreira (2005, p. 123) em que explica o fenómeno numa perspetiva naturalista sobre situações reais, tais como elas se desenrolam. Quanto ao inquérito teve um formato semi-estruturado, foi dirigido aos vendedores de bancadas e ambulantes, bem como aos compradores.

A análise e discussão dos resultados foi realizada mediante os dados recolhidos a partir dos vendedores e compradores. Recorreu-se a utilização da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2021), um conjunto de técnicas de análise de descrição que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos do conteúdo, a qual permitiu confrontar metodologicamente a verificação e interpretação quantitativa ou não, buscando as reais explicações sobre as motivações e preferências do uso das línguas maternas em situação de venda ou compra de bens e serviços.

Análise e discussão dos resultados

O mercado do Mutundo é caracterizado como plurilíngue e multicultural, alberga várias etnias com o mesmo desiderato, o comércio. Todavia, para facilitar a análise e discussão dos resultados e o cumprimento dos objetivos preconizados, procurou-se delimitar a pesquisa apenas as produções orais espontâneas e não envolvendo aspetos de produção escrita. A seleção dos informantes foi acidental, sem olhar pelo nível de escolaridade ou *estatus* social dos mesmos. Apesar de que foi uma ideia inicial, mas que depois decidiu-se em não optar, tudo por conta da complexidade que poderia causar. Entretanto, por uma questão estratégica, preferiu-se apenas explorar uma população de interlocutores pertencentes aos maiores grupos etnolinguísticos representados a nível do mercado, mormente, os Ovimbundos (53%), os Bakongos com (36%) e (19%) fazem parte aos restantes grupos minoritários.

Dentre estes, participaram 273 informantes que serviram de amostra do estudo, distribuídos por uma codificação sendo que, 141 interlocutores são FGELO - (Falantes do Grupo Etnolinguístico Ovimbundo), outros 130 pertencentes ao FGELB - (Falantes do Grupo Etnolinguístico Bakongo), e - GMIM para o (Gestor do Mercado Informal do Mutundo). Esta codificação foi útil, aliás, facilitou a análise e discussão dos resultados mediante as informações recolhidas dos interlocutores.

Relativamente às questões aplicadas, foi possível explorar as percepções face à realidade do fenómeno com base na descrição abaixo. Qual é a sua província natal? Dentre os 141 FGELO, 7 afirmaram ser do Bié, 64 do Huambo, 13 de Benguela e 57 da Huíla. Enquanto que dos 130 FGELB,

38 declararam ser de Cabinda, Zaire 13, Uíge 53, Bengo 16 e 11 pertencem à província de Kwanza Norte. Dentre os dados coletados a partir dos dois grupos étnicos, permitiu aferir que a maioria dos interlocutores são oriundos da província do Huambo, a seguir vem a Huíla e depois a província do Uíge. De acordo com os resultados apresentados, foi possível perceber que muitos dos nossos interlocutores escolheram emigrar à província da Huíla por conta de dois fatores, o histórico fruto do conflito armado que o país estava mergulhado, quase três décadas, onde as províncias do Huambo e o Uíge fizeram parte das mais afetadas, causando movimentações migratórias, durante o período de conflito, já a Huíla nem por isso. Por outro lado, são por conta das oportunidades que a província da Huíla apresenta no que concerne às ofertas de trabalho, tanto no setor público como no privado em comparação as demais, superada apenas pela capital, Luanda.

Quando foram questionados, qual é o nível de domínio da oralidade de sua língua regional? Dos 273 interlocutores inquiridos de ambos grupos étnicos, 53 possuem um nível razoável, 163 afirmaram ter bom domínio, 43 agentes apresentaram uma escala excelente e 14 não emitiram suas opiniões. Com base nos resultados, permitiu perceber que os agentes possuem um nível desejável, não apenas no âmbito da comunicação para aquilo que se espera na compreensão entre vendedores e clientes mas também como forma de divulgação e preservação das línguas. Segundo, Minga (2002) conceitua que, a melhor maneira de preservar, defender qualquer língua é permitir que ela seja assumida, falada, vivida, o que implicará a sua introdução no processo de educação formal e a atribuição de um estatuto, bem definido, da sua funcionalidade.

Seguiu-se com a questão relacionada aos benefícios ou razões que os leva optarem no uso das LRs ao invés do português durante a realização das atividades comerciais, visto que o mercado é heterogêneo do ponto de vista linguístico e cultural, Dos 273 inquiridos, 36 interlocutores declaram que se compreendem melhor ao negociar no seu próprio dialeto, porque o português, às vezes, dificulta e 25 disseram que usam para não serem, às vezes, enganados por um outro agente, enquanto que 114 optaram, para ganhar mais confiança do vendedor ou comprador do produto, 98 concluem que, ao usarem o Kikongo e/ou Umbundo conseguem-se extrair maiores lucros em relação a quem só expressa o português. Aliás, estes dados acabam por confirmar aquilo já referenciamos acima, em que, as línguas regionais (as maternas) ou ainda consideradas por outros como línguas nacionais exercem um poder mercantilista no seio destes falantes, e de manifestação cultural, visto que uma língua é tida como expressão máxima identitária de um povo. E, de acordo com, os grupos etnolinguísticos, Bakongo e Ovimbundo, entrevistados, optam em muitas ocasiões, o uso destas línguas regionais como técnica para ganhar a confiança na mente do interlocutor, ou seja, o jogo Psicológico. É através da confiança que conseguem vender ou comprar os produtos. De salientar que, esta prática não é apenas usada como formas de promover fins lucrativos em fase de crise, mas também como forma de sobrevivência e de preservação das nossas línguas regionais. Um outro dado importante colhido junto dos interlocutores foi, de que a intenção de adoção de uso destas línguas, para além do português, em ambientes comerciais, visam igualmente, para ganhar concorrência de

seus adversários diretos no sentido de atrair a compra do produto ou da promoção de desconto a um produto por parte do consumidor.

Geralmente, este comportamento pode ser motivado quando um locutor intenta saber o preço de um bem ou serviço, ou ainda, pela percepção do uso da língua materna (LM) por um interlocutor (vendedor de serviços), a linguagem é processada de forma espontânea através do léxico mental ativado entre interlocutores e acabam por expressar seus interesses numa mesma língua regional (LR), como forma de fazer perceber o sentimento de que partilham os mesmos hábitos culturais e identitário. Ademais, este sentimento é ressaltado por diversos estudos como fator norteador do sucesso ou fracasso de uma promoção (Simonson; Carmon; O'curry, 1994; D'Astous; Landreville, 2003; Liao, 2006). D'Astous e Jacob (2002) e D'Astous e Landreville (2003) ratificam o pressuposto de que a percepção da atratividade ou da promoção é uma variável significativa para explicar uma avaliação positiva sobre um produto ou marca ofertada.

Relativamente à entrevista dirigida ao GMIM, ou seja, (Gestor do Mercado Informal do Mutundo), foi com o propósito de colhermos as concepções sobre a caracterização do mercado do Mutundo, Carlos Afonso, empresário, é natural da província de Benguela, tem como língua materna Muhumbi - grupo etnolinguístico Mucubal, localizado no município da Bibala na província do Namibe; faz parte do registro de imigrantes.

Questionado a quantos anos realiza atividades económicas e se além do português, fala um outro idioma regional? o GMIM declarou que entrou no mundo do negócio muito cedo. Não obstante, dominar o português e o Muhumbi, tem também como instrumento para as trocas comerciais, outros idiomas, nomeadamente, o Umbundo, o Lingala, e o Mandarim, aprendeu a partir de convívio com os demais agentes de outras etnias durante as viagens realizadas de Angola à China e vice-versa.

Questionado sobre quês benefícios as línguas exercem no comércio? o GMIMD partilhou da experiência de que existe uma grande relação entre a língua e o setor económico. Aliás, a língua é indispensável. Importa aqui destacar, para que se atinja o nível desejado do sucesso no setor do empreendedorismo, o domínio de língua(s) é extremamente útil. Não basta, ter apenas o capital financeiro (o dinheiro) e, as ideias traçadas, porém é necessário aplicar à língua do mercado em que estejas inserido para convencer os parceiros económicos. Contudo, face as afirmações proferidas acima pelo GMIM, permitiu aferir que a língua surge neste âmbito como ferramenta para publicitar, (*vender o peixe*¹³) expandir, dar visibilidade ao produto ou a imagem do agente. As línguas abriram-me muitos horizontes, oportunidades no meu percurso como empreendedor. Antes de as aprender, encontrava barreiras naquilo que é aceitação dos seus produtos, daí que houve a necessidade de refletir nas suas valências, em aprender a cada uma delas, tendo em conta o poder influenciador que estes idiomas exercem em cada contexto do mercado económico.

No que toca a proficiência, o GMIM foi categórico ao afirmar que, atualmente, as línguas aprendidas como L2 e LE sobrepõem-se da sua L1, o Muhumbi, tendo assim maior proficiência a

13 Figura de linguagem registrado no português falado de Angola. O autor procurou humanizar um ser.

estas e fala com muita frequência, pelo que; Consideramo-lo um plurilíngue.

Estes dados apresentados são bastante interessantes, porque demonstram que, um falante que domina várias línguas regionais é, extremamente, fundamental, pois permite tirar maior e melhores resultados em relação a quem só domina um e único idioma. Por outro lado, lembrar que, não é tudo, ser um polígota em várias línguas. Porém, é imperioso que o locutor, seja perspicaz na aplicação da economia das línguas, saber pô-las em prática no momento certo, saber seleccionar o contexto situacional em que a comunicação seja produtiva. Logo, remete-nos as questões de competências linguísticas e comunicativas.

A entrevista procurou, ainda, explorar a questão relativamente à concentração ou distribuição dos grupos étnicos e se existe indicadores de tribalismo ao nível do mercado. De acordo com o GMIM, não se regista um espaço ou negócio fixo ou preferível para cada grupo. Estão espalhados por toda parte, regidos por princípios de equidade, respeito mútuo, não se verifica tribalismo. Por quanto, considera o Umbundo como a língua regional mais falada no seio dos frequentadores do mercado e seguem-se as duas línguas da região norte de Angola, o Lingala e o Kikongo, cujos falantes são os que têm mais capacidades de convencer ou de atrair um produto ou serviços durante as trocas comerciais.

Considerações finais

A economia da linguagem oral no mercado informal do Mutundo produz inúmeros benefícios aos agentes económicos que têm o português como L2. As razões que levam um vendedor ou um comprador a optar por usar LM e não LP é, em algumas ocasiões, correlacionado com a intenção de obter vantagem pessoal na venda ou compra do produto em oferta. Nesta conformidade, ao consideramos o valor funcional que estes idiomas exercem na vida deste interlocutores, em ambiente mercantil, no caso do mercado do Mutundo, enquanto veículo de manifestação cultural e de comunicação entre povos com características heterogêneas, seria bom que estas valências e dinâmicas fossem levadas à reflexão, em situação formal de ensino, na sala de aula, onde os alunos possam ser encorajados a aprender e como podem economizar estas línguas regional ou outras em contextos específicos de uso, no sentido deles poderem não só desenvolverem as competências linguísticas mas também comunicativas. Ademais, denota-se claramente aqui a preocupação do povo daquilo que é a reserva cultural de preservação, promoção e divulgação destas línguas. O Estado angolano é, de igual modo, chamado a exercer o seu papel de reajustar as suas Políticas Linguísticas, partindo da oficialização de uso oral e escrito ao nível da Constituição da República de Angola para desincentivar o preconceito aos falantes destas línguas em relação a língua portuguesa. Por outro lado, é a necessidade da inserção de forma plena e seria aos programas curriculares nos vários níveis de escolaridade. O que se pode observar ao nosso contexto é, haver maior estímulo ao ensino do Inglês e o Francês, línguas estrangeiras, enquanto que as línguas regionais africanas são ministradas

apenas, em alguns níveis, na região a que ela pertence, ao invés de ser em todo território nacional.

Em suma, o estudo revelou que do ponto de vista social e da interação, o uso das línguas regionais, nas sociedades multilíngues, a exemplo do Mercado do Mutundo, emergem como premissas expressiva da riqueza cultural de cada etnia aí representada.

Dentre os interlocutores testados, muitos manifestaram que o domínio de um ou mais idiomas é indispensável num país como Angola, multicultural. É através do domínio destas línguas que o falante consegue absorver vários e diferentes traços culturais de outros povos e que lhe possibilitará enriquecer e conhecer o mosaico cultural de cada região do país. Ao passo que no setor econômico representa um grande salto, até porque permite explorar com mais facilidade ou obter maiores ganhos nas vendas ou na compra de um produto em relação outrem que não domina estas línguas. Consequentemente, este papel dinamizador de manipulação, de atração e/ou de redução ao preço, pode impactar positiva ou negativamente tanto na intenção de venda ou compra de bens ou serviços.

Referências

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, (2016).

DICIONÁRIO DE TERMOS LINGÜÍSTICOS. «*Língua Franca*». *Portal da Língua Portuguesa*. Instituto de Logística Teórica e Computacional, (2014).

CARRASCO, Agnelo. *Geografia da Língua Portuguesa*, Mayamba Editora, (2022).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA, (2010).

FERNANDES, João & NTONDO, Zavoni. *Angola: Povos e Línguas*. Nzila, Luanda, (2002).

GRIN, F., *European Research on the Economics of Language: Recent Results and Relevance to Canada*, in *Official Languages and the Economy*, Ottawa: Canadian Heritage: 37-49, (1996c).

GRIN, F., *The Economics of Language: Survey, Assessment, and Prospects*, International Journal of the Sociology of Language, 121: 17-44, (1996b).

GUTHRIE, Malcolm. *The Classification of the bantu languages*. London, Oxford University Press, (1948).

INVERNO, Lília. *Políticas Linguísticas em Português*. Lisboa: Lidel, (2018).

MINGAS, Amélia. *As Línguas Nacionais na Alfabetização de Adultos*. Luanda, (2002).

MOREIRA, José. *Marcas do Português falado em Angola: Políticas para inclusão ou de exclusão numa possível normatização* - Dissertação de Mestrado-ISCED-Huíla, (2023).

MARIANO Barreto, et al. *Explorar o uso da língua portuguesa na administração pública - JEDUCIH: Journal da Educação, Ciência e Humaniora* Volume 3, Número 1 81 | Volume 3, Número 1 Instituto Superior Cristal – Dili, Timor Leste, (2022).

ZHANG, Weiguo e MARCH, Gilles Grenier. *How can Language be linked to Economics? A Survey of Two Strands* (2012).

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. *Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces*. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 13, p. 29-45, (1999).

Recebido em 06 de março 2024

Aceito em 24 de março de 2024